

**TRABALHO E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA  
O CONTINENTE DO LABOR - RICARDO ANTUNES..**Elaine Regina Aguiar Amorim<sup>1</sup>**RESENHA**

Trabalho e lutas sociais na América Latina

O Continente do Labor

Ricardo Antunes

São Paulo, Boitempo, 2011, 175 p.

A América Latina parece atrair cada vez mais o interesse de pesquisadores e estudiosos frente às transformações em curso nesse continente. Do mesmo modo que permanece atual a discussão sobre questões relativas à dependência, à desigualdade social e à subordinação econômica dos países latino-americanos, os embates travados por inúmeros movimentos sociais surgidos nessa região e compostos por camponeses, indígenas, operários, desempregados urbanos e rurais, contribuíram para trazer à tona reflexões sobre a atualidade da luta anticapitalista e da perspectiva socialista, ao ocuparem, nas últimas décadas, o cenário político. Somadas a essas questões, encontram-se outras relacionadas ao debate sobre a integração regional e à posição a ser ocupada pelos países latino-americanos no quadro de forças imperialistas com a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Trata-se de questões complexas que exigem análises detidas sobre as especificidades do capitalismo periférico e das relações de classe configuradas nessa parte do

---

<sup>1</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, onde realiza atualmente o seu Pós-Doutorado, no Departamento de Ciência Política.

mundo. Nesse sentido, *O Continente do Labor*, livro escrito por Ricardo Antunes e publicado pela Editora Boitempo, é um convite à reflexão sobre a América Latina, ao proporcionar ao leitor, por meio de uma análise crítica e fundamentada em uma perspectiva de classe, a compreensão dos processos históricos e sociais que marcaram a realidade latino-americana, como também das transformações e impactos provocados nas quatro últimas décadas pela reestruturação do capital sobre o “mundo do trabalho”, os movimentos sociais e o sindicalismo.

O livro, como o próprio título indica, tem como fio condutor a temática do *trabalho* no continente e suas lutas sociais e sindicais. Os artigos que o compõem, alguns escritos coletivamente, combinam reflexões e pesquisas realizadas nos últimos anos com textos mais informativos, que oferecem um panorama sobre o “mundo do trabalho” e o sindicalismo latino-americano. Dividido em três partes, a primeira volta-se para a análise do trabalho na América Latina, na qual se encontra, entre outros artigos, a divulgação integral do texto que dá título ao livro, publicado parcialmente na enciclopédia *Latinoamericana* (São Paulo, Boitempo, 2006). A segunda parte trata especificamente das lutas sociais e sindicais no Brasil do século XX e início do XXI, apresentando os significados dos enfrentamentos sociais travados a partir da década de 1960, como as lutas estudantis e operárias, em 1968; a eclosão das greves históricas nos anos de 1970 e 1980; além das particularidades da realidade brasileira relacionadas ao desemprego, à reestruturação produtiva e aos significados do governo Lula. Por último, a terceira parte traz uma análise descritiva das principais centrais sindicais latino-americanas, escrita sob a forma de verbetes e por pesquisadores do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses, coordenado por Ricardo Antunes.

Ao tratar especificamente da América Latina, o autor resgata a história do trabalho no continente desde a fase pré-colonial até os nossos dias, discutindo como as formas de exploração e dominação foram sendo redefinidas ao longo dos séculos; a particularidade da constituição da classe trabalhadora na região; a significativa influência anarcossindicalista no movimento operário, sobretudo no final do século XIX e início do XX, seguida da posterior presença comunista, que se expandiu especialmente após a vitória da Revolução Russa; os

processos sociais e políticos que resultaram na conformação do peronismo (Argentina), do getulismo (Brasil) e do cardenismo (México), como também nas revoluções protagonizadas pelos trabalhadores mexicanos e cubanos; assim como a ofensiva do capital deflagrada sobre os países da região por meio do ciclo de golpes militares e, posteriormente, pelo processo de reestruturação produtiva e pelo “receituário neoliberal”, causando diversos impactos sobre as relações e condições de trabalho e sobre os movimentos sindicais e sociais, mas não sem enfrentar a contra-ofensiva das formas de resistências que aqui se gestaram.

Considerando que a novidade da luta antineoliberal no continente foi o ressurgimento das lutas dos povos indígenas e camponeses, como exemplificam o EZLN, no México, o MAS, na Bolívia, a Aliança Pátria Ativa e Soberana, no Equador, e mesmo o MST, no Brasil, Ricardo Antunes recupera na sua análise as contribuições de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes (apresentadas em dois capítulos da coletânea), como discute as particularidades das lutas sociais latino-americanas no século XXI e a sua capacidade para impulsionar um novo projeto socialista renovado e distinto das experiências revolucionárias do século XX. Estas, segundo o balanço crítico feito pelo autor, não conseguiram derrotar o tripé – capital, trabalho e Estado – que constitui o “sistema de metabolismo social” do capital, equivocaram-se ao preservar elementos de mercado na transição socialista e saíram derrotadas com a perspectiva do “socialismo em um só país”. Em relação a esta crítica, o desafio consistiria em buscar “(...) a ruptura com a lógica do capital em escala simultaneamente nacional, continental e mundial” (p. 68; grifos do autor). Neste caso, ao afirmar que “(...) os países latino-americanos constituem uma gama de forças sociais populares e do trabalho capazes de impulsionar um projeto que tenha como horizonte uma organização societal socialista de novo tipo, renovada e radical (...)”, o autor faz alguns alertas: este projeto não pode ser pensado como algo que se esgota no espaço nacional; ele implica uma concepção do trabalho totalmente distinta da vigente no “sistema do capital” (e no sistema soviético) e deve ser capaz de efetivar outro “modo de vida”; por fim, as ações de combate contra o capital devem articular “luta social” e “luta política”.

No que diz respeito a esse último aspecto, para Antunes,

o maior mérito dos “novos movimentos sociais e políticos” latino-americanos encontra-se na centralidade que atribuem às lutas sociais de perfil essencialmente extraparlamentar. Mas, além dessa característica, eles exemplificam novas formas de organização dos trabalhadores que compõem a “nova morfologia do trabalho” (precarizados, subcontratados, informais, desempregados, subempregados, trabalhadores domiciliares e do setor de serviços, entre outros) e dirigem-se contra o capital. Desse modo, sem excluir outras formas de luta e contestação, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana e social podem encontrar viabilidade social por meio das lutas originadas “centralmente (e não exclusivamente) no mundo do trabalho” (p.74). No trecho a seguir é possível compreender a importância dessa centralidade e a sua relação com o significado do trabalho no socialismo:

Se o fundamento da ação coletiva for voltada radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a *luta imediata pela redução da jornada de trabalho ou do tempo de trabalho* torna-se importante e *inteiramente compatível* com o *direito ao trabalho* (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho – ambos, portanto, fora do *controle* e *comando* opressivos do capital –, converte-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade socialista não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação (p.75; grifos do autor).

Na segunda parte voltada para o caso brasileiro, o autor menciona como a possibilidade de vislumbrar uma “vida autêntica” e “dotada de sentido” é permitida aos trabalhadores pelas ações de confronto, realizadas pelo MST, contra a propriedade privada da terra (p.87). As lutas e formas de resistência deste movimento destoaram do caráter defensivo que, pouco a pouco, passou a caracterizar, a partir da década de 1990, o “novo sindicalismo”. Este, cuja origem remonta às ações e greves do final dos anos de 1970, que romperam “(...) o silêncio geral e a invisibilidade impostos pelo regime [militar] aos trabalhadores” (p.95) e reivindicavam melhorias das condições de vida por meio da confrontação (ao contrário da

“moderação política” e da “ação policlassista” propostas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) (p.99; 107)), alterou-se significativamente. A principal expressão dessa alteração pode ser observada na Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada sob a inspiração em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado, mas que transitou para um “sindicalismo negocial” (p.88), à medida que privilegiou uma política de apoios financeiros e parcerias com a social-democracia sindical, especialmente europeia (p. 142), e uma participação na gestão dos fundos de pensão, após a vitória eleitoral de Lula, em 2002 (p.88).

Uma vitória política considerada “tardia” frente à fragilidade das esquerdas naquele contexto, às mudanças no vínculo existente entre as lutas populares e o PT, e ao “transformismo” pelo qual este passou, convertendo-se em um “partido da ordem” e “policlassista”, ao privilegiar uma ampla política de alianças e ao subordinar-se aos setores financeiros internacionais (p.143-144). Disso resulta o caráter contínuo do governo Lula em relação às políticas neoliberais, conforme a caracterização apresentada no livro: o presidente petista manteve uma política econômica de incentivo ao grande capital, financeiro e produtivo; preservou a estrutura fundiária concentrada; incentivou o agronegócio; exigiu a cobrança de impostos aos aposentados; além de ter dividido os trabalhadores privados em relação aos públicos. Continuidades mantidas, apesar de algumas nuances, no segundo mandato, quando o governo procurou ampliar a sua base de sustentação junto aos setores mais empobrecidos, ao implementar o Bolsa Família.

Como procuramos expor, em *O Continente do Labor*, Ricardo Antunes possibilita ao leitor uma análise sociológica do trabalho na América Latina e das transformações pelas quais este passou; por um lado, destaca os elementos positivos dos movimentos sociais que criaram formas de resistência à reestruturação do capital e desempenham um papel fundamental na construção de um projeto socialista; por outro, não recusa a crítica quando se trata de discutir os limites presentes no movimento sindical e aponta os desafios que este deve enfrentar. Não são poucos os desafios e as questões que vêm à tona quando se observa as dificuldades e ambiguidades presentes não apenas nas lutas sindicais, mas igualmente nas ações dos movimentos populares na conjuntura atual. Após a

Elaine Regina Aguiar Amorim

ascensão de governos considerados progressistas em vários países do continente, estão na ordem do dia questões relativas à autonomia, à cooptação, à disputa do poder do Estado e aos horizontes políticos desses movimentos, inclusive daqueles que não necessariamente vislumbram uma perspectiva socialista quando se assumem anticapitalistas. O leitor, especialista ou não, encontrará em *O Continente do Labor*, problemáticas atuais e urgentes, assim como reflexões que ajudam a compreender àquelas questões, como a riqueza e as contradições desse continente “(...) dependente, mas rebelde; espoliado, mas insubmisso; destruído, mas insurgente” (p.66).

**Enviado em: 23/02/2012 - Aceito em: 07/03/2012**